

# Estratégia, Guerra e Terrorismo: a Inexistência de um Vínculo Topológico\*

António Horta Fernandes

*Professor do Departamento de Estudos Políticos da FCSH da Universidade Nova de Lisboa*

## Resumo

O presente artigo pretende pôr em causa as propagadas relações do terrorismo com a guerra e com a estratégia, mostrando, nomeadamente, o sem sentido da noção de “guerra anti-terrorista”. Para isso, procura-se repensar o conceito de terrorismo, mostrando que na actividade terrorista não cabe qualquer lógica política de raiz, mas apenas a violência pela violência, contrariamente àquilo que caracteriza a guerra e a estratégia: a primeira expressando a dimensão violenta da política, por excelência, que também existe; a segunda, reflectindo a contenção prudencial dessa mesma violência política.

## Abstract

### **Strategy, War and Terrorism: the Absence of a Topological Bond**

*The present article aims at questioning the common assumptions concerning the relationship between war, terrorism and strategy, showing, namely, the meaningless of the “war on terror” notion. Thus, we rethink the terrorism concept, demonstrating that in the terrorist activity and at its root there is no political logic, but only violence for the sake of it. This is a clear contradiction to what characterizes war and strategy, being the former by excellence, a violent expression of politics, and the latter, a prudential contention of such political violence.*

---

\* O presente artigo tem por base uma conferência proferida no âmbito dos *Encontros de Outono*, organizados pelo Museu Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão, em Novembro de 2008, subordinados ao tema, *Guerra e Paz entre as Nações*.



Este artigo pretende ser um esforço de sobremaneira interrogativo acerca das hipotéticas relações entre a estratégia, a guerra e o terrorismo, visando uma significativa desinstalação crítica de hábitos de reflexão às vezes acriticamente herdados e que permanecem como impensados, até porque somos constantemente bombardeados, não apenas na comunicação social, mas também nalguma literatura da especialidade, com expressões como “guerra ao terrorismo”, “a estratégia terrorista”, “a estratégia de combate ao terrorismo”, entre outras. É precisamente a bondade teórica dos argumentos que escoram essas expressões, ou melhor, as representações mentais de que essas expressões são a montra, que se colocam aqui em instância de juízo.

## 1. Da Estratégia

Desde logo importa precisar o conceito de estratégia e a noção de racionalidade social estratégica que o enforma. Assim, pensamos que a melhor definição canônica para a estratégia, aquela que melhor ilustra o seu conceito é a formulada pelo primeiro Abel Cabral Couto, uma vez que a mesma é inclusivamente compatível com a ideia de estratégia como ética do conflito, como prudência para além de toda a prudência, que já defendemos noutros lugares. Abel Cabral Couto define a estratégia como “A ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política”.<sup>1</sup>

Como está bom de ver, e deixando agora de lado o modo de produção do saber estratégico, importa sublinhar em primeiro lugar o superior enquadramento político da estratégia, uma vez que os sujeitos da estratégia são as próprias comunidades

---

1 Cfr. Abel Cabral Couto, “Posfácio” in Francisco Abreu e António Horta Fernandes, *Pensar a Estratégia. Do político-militar ao empresarial*, Lisboa, Sílabo, p.215. Esta primeira formulação da definição de estratégia por parte de Abel Cabral Couto, célebre na escola estratégica portuguesa, era já o ponto focal da não menos célebre obra do estrategista português, *Elementos de Estratégia*. Em contraste com esta definição, que o próprio data de 1968, Abel Cabral Couto, na mesma obra citada apresenta a seguinte definição, que desenvolve ao longo do texto: “Ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)”; definição que levanta não poucas aporias (embora não seja este o lugar para as identificar) e que nos levou a falar em primeiro e segundo Cabral Couto. Sobre a estratégia como ética do conflito e acerca das aporias referidas, *vide* os nossos textos na obra referenciada. No prelo está outra obra onde se pretende trabalhar a ética do conflito de forma mais sistemática.

políticas no seu todo, através dos seus aplicadores privilegiados, isto é, as altas entidades políticas que funcional e institucionalmente representam, nomeadamente através do Estado, esse corpo político. Em segundo lugar, dizer que o objecto da estratégia é o da conflitualidade hostil de raiz política, na máxima extensão daquilo que é a conflitualidade hostil de raiz política, mas não mais.

A estratégia é então uma disciplina do saber mas também uma praxis face ao conflito hostil, no limite, face à guerra. As próprias especificidades desse mesmo conflito dão ao exercício estratégico finalidades próprias que retroagem sobre a política, embora essas finalidades sejam sempre provisórias, incompletas, a integrar na síntese política superior, no respeito prudencial que a estratégia tem pelo seu próprio lugar intermédio, uma vez que nem todos os objectivos políticos são passíveis de serem interpretados hostilmente.

Em boa verdade, o que acabámos de dizer remete para o sentido finalista último da estratégia, para o seu exercício ético enquanto prudencial, em suma, para uma determinada racionalidade estratégica que mais não é que uma socialidade em face do conflito (no sentido forte de hostilidade e animoaversidade), que gera fins próprios de raiz prudencial, escorada numa unidade fundada num reconhecimento ideológico de base, o qual não garante mais do que um equilíbrio instável, por força da dialéctica de convergência/divergência de interesses dos diferentes membros dessa socialidade. Quanto mais recuarmos no tempo, mais unitária se apresenta uma dada racionalidade social estratégica. Pelo contrário, quanto mais nos aproximamos do nosso tempo mais essa unidade é minimal e muito aberta.

No fundo, o que esta racionalidade social estratégica vai fazer é, percebendo poderosamente a especificidade do conflito que sofre na carne, procurar evitar a delapidação desbragada de recursos materiais e humanos, muitas vezes contra os próprios desígnios políticos, encontrando através da sua acção racionalizadora, propriamente estratégica, as exigências técnicas da proporcionalidade remuneradora, mas também, por via dessa proporcionalidade, encontrando no real as exigências da virtude; o que desde logo faz da estratégia uma *phronesis*, uma arte da prudência para além de toda a prudência.

## 2. Da Guerra

É neste quadro há muito identificado pelos estrategistas, referimo-nos ao enquadramento político da estratégia, ao seu domínio objectual de largo espectro e não à ética do conflito, posição por nós defendida, que o sentido do ciclo bélico tem a sua melhor explicação.

A estratégia emerge da guerra, como condução da mesma e durante um longo período quase se reduzirá à estratégia militar. Não obstante isso já não acontecer no presente, a estratégia mantém uma forte relação de proximidade com a guerra. Todavia, é necessário saber o que distingue e o que aproxima a estratégia da guerra. Por um lado, sendo ambas relativas à mesma área de poder bruto, de poder nu, a estratégia acolhe fenomenologicamente um conjunto de acções que ainda que sejam hostis não são de guerra (por exemplo, a pressão sobre terceiros ou mesmo aliados), na medida em que à estratégia cabe tratar de todas as manifestações de hostilidade possível, num horizonte temporal que faz dela uma função em contínuo, também aqui distintamente da guerra. Por outro lado, e mais importante, podemos pensar que os seus pontos focais últimos, os seus eixos de utilidade marginal, diferem, porquanto a paz seria o foco da estratégia e a guerra quente, ou mais ainda, o momento cinético total que caracteriza o exercício da violência, a guerra absoluta, nas palavras de Clausewitz, seria o foco da guerra no seu conjunto. Indicando-nos esta acertada reflexão clausewitziana que a guerra, nas suas mais fundas e nucleares vísceras, parece ser ultimamente irreduzível à estratégia.

Porém, estas destrinças pressupõem uma determinada definição sistemática da guerra enquanto acção de raiz política, o que não quer dizer enquanto sistema, pois a guerra é o momento anti-sistémico por excelência, no qual se dá, da pior forma, a radical percepção de que o outro nos é irreduzível e por isso nos faz frente, reage, não havendo forma de conciliá-lo com a totalidade do sistema de que propomos uma determinada assunção.

Tal como para a definição de estratégia, também agora invocamos uma vez mais a obra de Abel Cabral Couto. Baseados na sua definição, dizemos ser a guerra “violência organizada entre grupos políticos (ou grupos com objectivos de outra natureza), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político (ou de outra natureza), dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos”.<sup>2</sup>

Findo este passo, importaria diferenciar as várias formas de guerra, nomeadamente a guerra fria (aquela em que a coacção armada é extremamente pontual, ou inexistente) da guerra quente (onde predomina a luta armada), relacionar a guerra com a noção (intra-bélica) de crise, e perceber até que ponto algumas novas ope-

---

2 A definição apresentada apenas difere da definição de Abel Cabral Couto pela inclusão dos parêntesis, em ordem a abrir, tão só formal e conceptualmente, o conceito de guerra a outros objectivos que não só os políticos. Cfr. Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia*, vol.1, Lisboa, IAEM, [1988], p.148.

rações no âmbito das operações de apoio à paz não são ainda operações bélicas, a despeito da terminologia. Não é esse agora o nosso propósito, mas fica à guisa de informação crítica, ainda que sincopada, para questionar muita da confusão terminológica e conceptual acerca destas questões que hoje nos assoberba. O que é mais, fica também como prevenção para que, adiantando já, não nos possamos esquecer que nem o terrorismo configura alguma vez qualquer modalidade de guerra nem que é lícito falar de guerra como forma de combate ao terrorismo, seja qual for a modalidade bélica. No fundo, estamos a dizer que não nos esquecemos de evocar essas modalidades “brandas” de guerra, mas que não vale a pena escarpelizar-las mais do ponto de vista do terrorismo porquanto para nenhuma delas a associação entre guerra e terrorismo é menos falaciosa.

### 3. Do Terrorismo

Traçado o enquadramento definitório da estratégia e da guerra, importa desde já registar, provavelmente porque a associação era e é de base espúria, que não tem havido um acompanhamento sistemático por parte dos estrategistas sobre as eventuais relações da estratégia com o terrorismo. A questão do tema não se ter colocado com acuidade senão do 11 de Setembro para cá é talvez uma outra razão adicional, sem que saibamos ponderar qual das duas evocadas teve mais peso. Sendo assim, o esforço por nós levado a cabo, também ele em fase de penetração hermenêutica, tem forçosamente de ser o de expor simplesmente alguns raciocínios críticos à atenção geral, pondo em causa a aceitação mais ou menos mecânica de fórmulas estereotipadas.

Naquilo que é então um ponto exploratório mas decisivo acerca da natureza do fenómeno terrorista, procura-se perceber, se o terrorismo, ainda que em última análise, agindo no terreno político (daí que não possa ser englobado exclusivamente no âmbito da criminalidade organizada), independentemente da sua inspiração, é ou não é verdadeiramente acção política.

Não será antes o terrorismo, o conjunto de actos sistemáticos, selectivos ou indiscriminados, de inspiração diversa, que tem como objectivo a violência pela violência, através da qual se procura ir ao encontro de determinados móveis no campo político (ou que a violência possa eventualmente convergir com eles num ponto cego – que será talvez a melhor formulação, como no fim se verá)? Falando-se em móveis e não em objectivos para salientar o seu carácter secundário e nebuloso relativamente à realização da violência, na medida em que os meios parecem ser aqui os fins. Esclarecendo que esta nebulosidade não se refere à falta de visibilidade

de um programa terrorista, que pode muito bem ser afirmado de forma franca e directa, antes à suposta clareza das propostas, que reteorizam todas as questões possíveis, todas as problemáticas em aberto como meramente retóricas e as desqualificam sob um manto aparentemente diáfano.

À densidade problematizadora dos objectivos políticos, os terroristas opõem os slogans redondos, a impossibilidade e a inaceitabilidade de discussão dos mesmos, escondendo com isso a firmeza afinal frágil das suas convicções e das desculpas para os seus actos e o verdadeiramente real e efectivo que é a densidade problemática dos objectivos políticos, pelo que se podem reproduzir como nebulosos e, por conseguinte, aquém do “real” os seus móbeis. Móbeis esses que, por essa razão e como acima já defendêramos, não passam da máscara para a violência, uma vez que verdadeiramente redonda e indiscutível é acção violenta *per si*, com o seu carácter quase gratuito (quase, porque a verdadeira gratuidade é uma coisa completamente outra e aqui usamos o termo no sentido trivial para poder abranger a sem-razão sem mais).

Logo a rotundidade das propostas apenas é consonante com a rotundidade da violência, pelo que os objectivos são concernentes à violência e tudo o resto são cristas nebulosas que escondem o essencial e que levantam uma magna questão: se por acaso os terroristas têm a fortuna de no campo político transformarem de tal modo a situação que acabem sem saber como, do lado dos vencedores, que farão, eles que parecem morrer pela política e, espantosamente, quando abandonam o terrorismo quase nenhum se lhe dedica na sua nova vida; eles que lutam contra o materialismo, seja lá o que isso for, contra os cruzados, que já não existem, ou contra a pretensa ocupação do País Basco, sempre pelo “País Basco face a” e nunca somente por um suposto País Basco libertado, que farão da política que é a arte do projecto, de um sentido para as comunidades humanas, se não parecem ter nenhum?

É que o terrorismo é distinto mesmo da política totalitária, aquela que mais se lhe aproxima, porquanto, sendo a política uma arte construtiva da gestão das alternativas, suprimidas estas totalmente no caso do totalitarismo, já o terrorismo se apresenta *ab initio* como uma dogmática (pré-política) de violência, em que o “projecto” é na sua concepção sempre uma hostilização de alguém. Não se trataria então de uma política reduzida à sua dimensão possível de violência (a política escrava da estratégia ou até da guerra), mas de algo substancialmente diferente: a política, ela mesma, subordinada a uma *visée* violenta enquanto dimensão fontal. Daí que ao poder pensar-se determinado acto como terrorista, mas não como assimilável ao terrorismo, enquanto actividade sistemática de actos levados a cabo em ordem a objectivos violentos, não é aceitável, sendo até mesmo um contra-senso, falar em terrorismo de Estado. Por mais que possamos duvidar da legitimidade

última, mormente enquanto legitimidade soberana, da figura do Estado (e é o nosso caso), este visa sempre outra coisa que os desígnios terroristas, a não ser que a sua quotidianidade se transforme em permanente estado de excepção e mesmo assim sendo preciso que o projecto totalitário subjacente se apague de todo na orgia sanguinária, na excepção pela excepção, coisa raríssima.

Em suma, e para aquietar eventualmente algumas consciências, a enormidade quicá desde sempre muito maior e verdadeiramente inaceitável dos projectos totalitários, mesmo que eles não se esvaziem na inanidade ainda maior da mais gratuita violência, a constatação dolorosa que tais projectos são sempre muito piores que os não-projectos terrorista, não nos deve levar a confundir conceptualmente percursos distintos, nem a amalgamar perigosamente, por via dessa expressão preguiçosa que é a de *terrorismo de Estado*, actores da cena internacional com pseudo-actores que influenciam essa cena certamente, mas não querem participar construtivamente por nenhuma das vias na construção, manutenção, reforma ou revolução dessa mesma cena. O estar simplesmente face a, pronto a cair sobre x, não perfaz qualquer definição possível de actor enquanto criador de sentido. Ora também aqui se pode observar uma última diferença entre o terrorismo e a política totalitária. Como muito bem mostrou Hannah Arendt, o totalitarismo destrói o espaço comum entre os homens, os plexos de sentido, a necessidade da compreensão, por outras palavras, é um projecto que anula a própria ideia de projecto.<sup>3</sup> Já o terrorismo nem projecto chega a ser; talvez por isso o seu carácter reactivo o torne histórica e facticamente menos destrutivo em termos de balanço material. O que nem por isso obviamente o legitima minimamente, como menos mau.

Numa reflexão notável acerca das desculpas apresentadas pelos terroristas para justificarem as suas acções e o seu programa, que parece estar, pelo menos em parte, na mesma linha daquela que atrás produzimos, Michael Walzer compendia essas justificações, cá está, nebulosas, de que o terrorismo seria o último recurso, fracassadas todas as demais acções, na prática nunca intentadas, porque nunca se quis praticar a arte da política, ou porque nem vale pena tentar tal seria o diferencial de poder, quando na realidade o que está em causa é o nulo respaldo no seio da população, ou então de que só o terrorismo funcionaria, de que toda a política é terrorista, de que a luta contra a opressão justificaria os meios, como se pudéssemos fazer tábua rasa de tudo, ou a própria eleição do terrorismo não minasse a confiança dessa suposta luta contra a opressão. De resto, a inanidade da lógica terrorista é tão grande que, como muito bem sublinha o próprio Walzer, no

---

3 Cfr. Hannah Arendt, *De la Historia a la Acción*, Barcelona, Paidós, 1995, p.39. Trata-se de uma edição crítica de um conjunto de textos dispersos da filósofa.

único momento em que o terrorismo poderia tentar tornar, na prática, viáveis as suas desculpas, tal seria o desespero das pessoas, referimo-nos à resistência contra um Estado totalitário no zénite da repressão, o terror imposto pela pressão estatal abafa e prevalece sobre quaisquer outros actos de terror, mesmo aqueles pensados para ser tais de cabo a rabo.<sup>4</sup>

Como exemplifica Walzer com uma rebelião de escravos, que importa que seja posto cobro à mais feroz dominação política para sustentar outra ainda pior, aquela em que os escravos seriam depois senhores dos filhos dos seus amos entretanto aniquilados? Concluindo mais à frente o filósofo norte-americano, que a razão pela qual nenhum programa terrorista, por indecente que seja em si mesmo, não pode ser instrumento de nenhum fim político digno desse nome é que todo o fim político minimamente decente deve acolher de alguma forma as pessoas contra as quais se dirige o terrorismo e o que o terrorismo expressa é exactamente a recusa de que alguma vez essas pessoas, contra as quais se luta em nome de um pretensão grande ideal, possam vir sequer a existir no espaço a implantar desse suposto ideal.<sup>5</sup>

É o outro que é desvalorizado radicalmente e onde não há outro não há comunidade possível, não há nenhum horizonte de sentido, na medida em que o homem é um ser-com-os-outros. Em síntese, não há política, que muito levinisianamente poderíamos dizer que é a arte de saber lidar com o terceiro, de saber calibrar o desvelo para com outrem, de saber gerir as alternativas porquanto somos finitos e limitados e não podemos “morrer” simplesmente de responsabilidade para com um único eleito que nos elegeu, uma vez que todos somos para todos eleitos e elegidos e não temos o dom da ubiquidade para ser tudo em todos. Ora, se nem sequer começa por haver outro, como é que poderíamos alguma vez designar os terroristas como actores políticos?

As consequências políticas seriam enormes e desastrosas: negociar politicamente com os terroristas e, sobretudo, eventualmente amnistiar os terroristas sobre a carne das vítimas olvidadas, em nome de um futuro *ex novo*. Se já é moralmente iníquo e inaceitável refazer uma sociedade política desrespeitando a memória das vítimas, sob pena de perpetuarmos a injustiça e de reproduzirmos os seus mecanismos, entretanto cada vez mais imunizados, aqui é ainda mais grave, porquanto passar por cima das vítimas do terrorismo com os terroristas, muito mais que branquear os verdugos, é dar um sinal de que política na sua essência se pode também fundamentar na violência, ser erigida sob a dogmática pré-política da pura violência,

---

4 Cfr. Michael Walzer, “Una Crítica a las Excusas del Terrorismo” in [...], *Reflexiones sobre la Guerra*, Barcelona, Paidós, 2004, pp.71-84.

5 Cfr. Michael Walzer, *op.cit.*, pp.77-78 e 82 respectivamente.

do seu encasulamento expresso na recusa como que *a priori* do outro. O que bem vistas as coisas é, pelo menos ao nível da fundamentação, bem pior que muita da fundamentação política moderna, assente no acto discricionário e violento do soberano que proclama o estado de excepção.<sup>6</sup>

Estamos em crer que as palavras do jornalista e doutrinador radical republicano alemão Karl Heinzen, escritas em 1848, ano de todas as convulsões na Europa, no seu ensaio sugestivamente intitulado *O Assassínio (Der Mord)*, sintetizam bem aquilo que caracteriza o fulcro do terrorismo e que talvez dispense mais palavras. Não certamente porque essas palavras não possam ser discutidas, já que não há nada que não mereça aclaração e aquilo que mais nos indigna mais excita a compreensão, tanto como quanto mais compreendemos mais nos indignamos pela sem-razão que temos à frente, mas tão-somente porque as palavras que citaremos de seguida são um bom fecho de abóbada para dizer de todo o terrorismo, porque por uma vez é o próprio terrorismo que na ingenuidade das suas primícias parece falar por si e por todos, justificando os críticos e deslegitimando numa penada o terror que anuncia despudoradamente como tal terror, apesar da retórica, ou sobretudo pela retórica, que aqui singularmente apresenta e ao mesmo tempo decifra os seus mecanismos – raro efeito dos discursos quando são peregrinos e não podem ter a pretensão de ser já suficientemente cínicos ou ironicamente gongóricos, sob pena de não serem ouvidos por gastos, ou pela incredulidade típica que deixam em nós os insinceros que conhecemos de sempre, e aqueles que depressa lhes associamos, no seu espanto. Rezam então assim as palavras de Heinzen, extremoso no querer apressar a chegada da República: “Se tiverem que fazer explodir metade de um continente e espalhar um banho de sangue para destruir a facção dos bárbaros, não tenham nenhum escrúpulo de consciência. Aquele que não sacrifique com satisfação a sua vida para ter o prazer de exterminar um milhão de bárbaros não é um verdadeiro republicano”.<sup>7</sup>

---

6 Acerca dos perigos de uma política de reconciliação feita à custa da memória das vítimas do terrorismo, atendendo ao caso basco, cfr. Reyes Mate, *Justicia de las Víctimas: Terrorismo, memoria reconciliación*, Barcelona, Anthropos, 2008. Todavia, Reyes Mate não defende *a priori* que o terrorismo não seja formal e em termos definitórios uma actividade política, embora naturalmente acabe por pensar que uma tal “política violenta” não é uma verdadeira política. Objectar-se-á que, nesse caso estará já a evocar racionais éticos, ou a partir de pré-conceitos éticos, mas, na realidade, o conjunto das obras do filósofo espanhol mostra expressamente que a política não é nem pode ser independente de uma particular *visée* ética de fundo. De resto, outra não é a nossa posição, aliás, manifesta neste trabalho. Curiosamente, a nossa *visée* ética de fundo é também influenciada pelas ideias de Reyes Mate.

7 Citado por Luís Tomé em *Novo Recorte Geopolítico Mundial*, Lisboa, UAL, 2004, p.175.

---

#### 4. Relações que não o são

Se tudo o que atrás dissemos estiver estruturalmente correcto, se assim for, sendo a guerra um acto político subordinado, não se poderá falar verdadeiramente nem de guerra ao terrorismo, nem de actos terroristas como actos de guerra. E isto vale igualmente para a ideia de guerra subversiva, uma vez que esta não passa de uma modalidade de guerra em que o principal está em ganhar o coração das populações para um determinado projecto e onde se mesclam actos de sedução e de resolução efectiva de problemas com actos de constrangimento estratégico sobre essas populações, conjuntamente com actos de guerra sobre o oponente que faz frente ao projecto. Em qualquer dos casos e por mais violenta que se venha a tornar, e historicamente assim sucedeu, na guerra subversiva combatem-se oponentes para realizar objectivos políticos, sendo esses enfrentamentos hipoteticamente tão construtivos quanto outros actos de guerra, pois que cessando a resistência cessam as hostilidades, ao mesmo tempo que quando as mesmas ainda duravam os actos de serviço às populações eram essenciais para derrotar o oponente; nem podendo ser de outra forma já que a guerra subversiva é um levantamento da população ou de parte dela contra a autoridade de facto ou de direito. A diferença entre os movimentos subversivos e os grupos terrorista é, pois, conceptualmente muito simples: os movimentos subversivos têm um projecto que enfrenta oposição armada; os grupos terroristas estão desde logo em “oposição a”, num simples e absoluto frente ao outro que, porque naturalmente não são estúpidos, alguma ganga ideológica tem de cobrir.

No fim, parece permanecer de fora a guerra absoluta, esse abismo negro. Mas existe, no entanto, uma diferença crucial entre esta e o terrorismo, pois uma coisa é a violência irreductível que toda a acção bélica carrega e outra a procura intencional *ab ovo* dessa mesma violência.<sup>8</sup>

---

8 Numa próxima publicação, no prelo, estudamos traços de um potencial amável no seio da guerra fratricida, atendendo à estratégia como ética do conflito, mas mesmo por essa via nunca conseguimos encontrar qualquer vislumbre de humanidade, muito menos de estratégia, no terrorismo. A possível excepção vem uma vez mais da literatura e encontrámo-la num enigmático conto de Cláudia Clemente, invocando o 11 de Setembro, intitulado *Amarna* e incluído em *O Caderno Negro*, Lisboa, Tinta Permanente, 2003, pp.85-96. Como no referido conto a acção se reparte entre *New York* de 2001 e *Amarna* da revolução de *Akhenaton* e como se sugere uma enigmática ligação entre *Amarna*, do mesmo nome da cidade, a mais bela filha do Faraó promotor de um novo culto intransigente, logo vilipendiado e abandonado, e o que parece ser a evocação de um dos terroristas do 11 de Setembro, então poder-nos-íamos socorrer de uma irónica analogia: é que também ao cosmoteísmo de *Amarna*, ao “monoteísmo” segundo o qual “não há deus para além de *Aton* e *Akhenaton* é o seu profeta”, faltava dimensão ética. Cfr. José Nunes Carreira,

Existe, contudo uma outra porta por onde se poderia julgar entrever alguma similitude, que nesse caso existe efectivamente, mas de forma leve, entre o terrorismo e a guerra. É que no domínio das consequências e tendo em conta que são fenómenos a-sistémicos, não-lineares, fulgurantes para quem os sente, pode considerar-se, se os efeitos forem pulverizadores, que lavam a negro a alma do mundo e eventualmente fazem emergir algumas positivities, que parecem sempre surgir desses revolvimentos, de forma inesperada.

Pois bem, é importante ter presente, aquilo que referimos em nota de rodapé sobre a possibilidade de colher plexos de sentido adentro da guerra, mesmo a partir do seu núcleo mais violento (que não do e por esse mesmo núcleo), para já não mencionar a guerra como acto político, para percebermos do que é que estamos falar quando dizemos que o puro evento na sua eventualidade não traz sempre boas notícias. Muitas das vezes o evento manifesta-se na forma de falha. Nesse caso, o inesperado revolve a nossa auto-suficiência, sem por isso nos transformar em verdugos, tomando os agentes que sobre nós assestam um golpe inesperado o papel de vítimas vingadas. Essa é a perigosa litania de todo o terrorismo. O que o inesperado aí provoca é a nossa desinstalação face a um outro que se anuncia pelas piores razões. Mas na realidade não se trata de um inesperado em toda a sua magnitude, de um verdadeiro *plus*, pois obtura caminhos possíveis, tem medo da contingência.

Porém, e isso é igualmente verdade, face a terríveis acontecimentos e sem que nada o faça prever pode surgir alguma luz, abrindo, e não fechando, caminhos. Na prática, se bem que ambos os percursos aqui se toquem, o da guerra absoluta e o do terrorismo, face a essa luz prístina mas ainda pintada com as cores do vazio (como as dos dias que não querem nascer), continua a valer preventivamente aquilo que acima dissemos acerca da diferença entre o vórtice de violência inescapável que toda acção bélica transporta consigo, como risco, mesmo a “mais bem comportada” e o pontificar sem mais na e por essa mesma violência irredenta.

Face ao que acabámos de expor, por maioria de razão, *maxime* para uma estratégia como ética do conflito, também não se poderá falar de estratégia contra o terrorismo, ou de uma estratégia terrorista. A estratégia enquanto práxis é um exercício político e pode mesmo dizer-se que hoje em dia o estratega, ao nível da estratégia integral, é o alto dirigente político e o seu estado-maior informador, no exacto momento em que o político dá directrizes e despacha em função da hostilidade que determinados objectivos políticos suscitam.

---

*O Egipto e as Origens do Monoteísmo*, Cadmo, Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa, n.º10, [Lisboa], 2000, pp.29-34.

---

Por outro lado, a estratégia, mediante a figura de uma dada racionalidade social estratégica, é um instrumento de racionalização prudencial de todo o conflito hostil, da sua contenção, mesmo que à primeira vista, e sem que essa percepção seja errónea, pareça que o seu único fito é a aquisição de vantagem. Como se pode facilmente depreender, o terrorismo é o oposto do que acabámos de referir. Até um eminente estrategista da escola estratégica portuguesa, Francisco Abreu, para quem a racionalidade estratégica não é antes de mais uma racionalidade morigeradora do conflito, se é que o é de todo, admite que existem decisões e programas, a ver casuisticamente, que pelo puro absurdo que encerram não servem nenhum interesse ou objectivo e, por conseguinte, estão para além de qualquer racionalidade estratégica.<sup>9</sup>

Tomando como bom (em termos erísticos) este último critério de Francisco Abreu, nitidamente mais lasso, e se estiverem certos os argumentos que apresentámos para caracterizar o terrorismo no seu todo e não obviamente de forma sincopada, ou operação a operação, é absolutamente evidente que este (o terrorismo) nem assim preenche os mínimos para ser compreendido no âmbito da racionalidade estratégica.

Aparentemente, e numa última tentativa para salvar a face de tanto desacerto conceptual, poder-se-ia considerar a legitimidade semântica das expressões *estratégia terrorista* e *estratégia anti-terrorista* como fruto da osmose da noção de estratégia com essoutra de planeamento. Mas nesse caso estamos diante da ideia de estratégia como mera pirâmide de objectivos, da qual se evacuou, nesta situação muito irónica e paradoxalmente, o agónico. Ora uma tal concepção de estratégia, a que corresponde uma inflação semântica descontrolada, não é hoje aceite por nenhum estrategista.<sup>10</sup> Estaremos antes a falar de planeamento e de plano de combate ao terrorismo, ou do terrorismo, e se por comodidade queremos tomar o plano em si mesmo por estratégia e vice-versa, como ninguém é dono das palavras e a vulgarização completamente imprecisa do vocábulo *estratégia* é hoje em dia uma realidade, nada nos impede de o fazer. Mas então que fique claro que estamos já a tratar de outra problemática, a que diz exclusivamente respeito ao *modus operandi* de uma determinada acção, às habilitações e ferramentas necessárias para a executar.

---

9 Cfr. Francisco Abreu, "Ainda e Sempre, a Favor da Estratégia Empresarial" in [...] e António Horta Fernandes, op.cit., pp.99-101.

10 Para uma análise crítica da inflação teórica desregrada do conceito de estratégia no nosso tempo, cfr. António Horta Fernandes, *O Homo Strategicus ou a Ilusão de uma Razão Estratégica*, Lisboa, Cosmos-IDN, 1998, pp.129-137.

---

Para ensaiar um vocábulo mais remunerador que aqueles de *guerra* ou *estratégia*, mas ainda assim apenas tentativamente, parece-nos, numa primeira aproximação, sem a necessária maturação que o rigor técnico exige, que o vocábulo *combate* seria de aplicação mais correcta, porquanto identifica bem a intercepção da criminalidade com a expressão da violência que assoberba o mundo político; essa terra inóspita e de ninguém porque inabitável, tão cara ao terrorismo; esse indecível, sobre o qual, não obstante, temos de decidir.

Muito sinteticamente, temos de dizer que mesmo que sejam outras as respostas às questões levantadas ao longo deste excurso, conscientes que existe uma miríade de definições de terrorismo, não parece, contudo, ser fácil encontrar um *topos* para o terrorismo no âmbito da estratégia e da relação desta com a guerra.

Todavia, e para concluir, não nos parece que a presente hipótese, mesmo que as conclusões difiram substantivamente, possa ser facilmente ignorada, quanto mais não seja porque ela tem como pano de fundo uma matriz objectivamente inescapável: a interrogação radical pelo sentido, ou pela ausência dele; a interrogação pelas ultimidades e pelas quase-ultimidades, sem a qual nunca teríamos chegado a ser o que somos, nem, claro está, a produzir terrorismo.<sup>11</sup>

Terrorismo como acção não política mas que se executa no terreno político e por isso mesmo terrorismo como acção para além do criminal, sem deixar de o ser, bem entendido, uma vez que a inexistência de um verdadeiro *topos* político não exime o terrorismo, ou não o exime totalmente, como este o pretenderia, de uma dinâmica criminal pura e simples. Não quererá isto dizer que talvez o seu ancoradouro configure um lugar específico? Só que de modo algum isso seria uma forma

---

11 Não nos podemos esquecer que o terrorismo é um fenómeno moderno. O terrorismo como acção radicalmente reactiva é algo que, não lhe sendo de modo algum imputável, apenas faz sentido depois de inaugurado o cepticismo crítico epistemológico e ontológico integral, de que Descartes seja talvez o exemplo paradigmático do primeiro caminhante. Ou, caso queiramos ver num passado mais longínquo ilustres pioneiros desse cepticismo, poderia dizer-se que Descartes seria então o primeiro dos caminhantes sistemáticos por essas sendas, colhendo o maná de que se nutre, não exclusivamente, é certo, a modernidade. Sobre isto, cfr. Richard Rorty, *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, caps. I e III. Em termos propriamente políticos pode dizer-se que apenas na modernidade paz e guerra, justiça e violência passam a fazer parte do mesmo continente ontológico, e começam a ser tratadas como “política normal”, gerada doravante, em termos seminais, também em função dos interesses, equilíbrio de poder e percepção soberana e estadual da salvação pública. Apenas neste contexto poderiam os terroristas querer justificar a sua acção como política, ou simplesmente a mesma ser abordada politicamente porque condiciona o espaço político. Para que alguém se lembre sequer de que pareça óbvio ser integral e radicalmente reactivo, essa reactividade se resumir à violência e ainda assim sugerir que tal estado de coisas é político, ou, como mais propriedade, que converge com a política num qualquer ponto cego, a modernidade não tem culpa nenhuma, mas sem o seu contexto não seria possível nem provavelmente imaginável.

última de legitimação residual, porquanto esse lugar específico não seria o de uma qualquer “ontologia regional”, antes, como mostram as hesitações topológicas, o seu lugar próprio adviria de ser uma das concretas figuras do Mal nos nossos tempos, e como tal inane, sem substância ontológica (logo detendo apenas um *lugar* entre aspas, por facilidade de expressão – um lugar na *des-cartografia* do Mal).

Assim talvez se compreenda melhor, mas é algo a necessitar de ulterior investimento hermenêutico, por que razão parecendo o terrorismo habitar um *no man's land*, pode ter um lugar específico, sem que isso o torne habitável (político), ou o acabe por legitimar, pelo contrário. É que se o terrorismo pertencer integralmente à economia do Mal não pode deixar de configurar-se obviamente como um problema muito sério, com traçado específico e a tratar ontologicamente. Contudo não esqueçamos que o Mal tem registo próprio, concretude operativa, deixa rasto, vestígios na carta, mas não habita, não tem *êthos*, não constrói, simplesmente desagrega. Ora as nossas cartas são-no de moradas, mesmo que o outro que as habita exceda sempre essa morada. São, portanto cartas que conhecem o sentido, mas também abrem para os excedentes ou suplementos de sentido. Não admira, portanto, que tenhamos dificuldade em situar o puro *des-sentido*, o parasitismo sem mais, deficitário de ser.

No fundo, e sejam quais forem as conclusões que se venham a tirar, muito provavelmente apenas uma reflexão onto-metafísica será capaz de desbravar o caminho onde seguidamente se inscreverão as análises concretas sobre o terrorismo. Nada teria de espantoso, pois este tem sido uma e outra vez o percurso inescapável, acima aludido, de quase todos os êxitos do mundo abraâmico (para nos ficarmos por este espaço civilizacional).